

Razão e Fé no pensamento de Santo Agostinho

Por diversas vezes e em diversos lugares, Agostinho analisou expressamente as relações entre a fé e razão com base na sua experiência pessoal¹. A insistência com que estas duas expressões ocorrem no *De Vera Religione* e no *De Utilitate Credendi* demonstra bem que se trata de um tema maior, de importância capital para o entendimento correcto de todo o pensamento filosófico e teológico do bispo de Hipona. Na verdade, a relação entre fé e razão constitui o núcleo essencial do método agostiniano na busca incansável da felicidade ou da sabedoria².

Em última análise, tudo se reduz à descrição do processo histórico que levou Agostinho, pelos caminhos da razão (*intellige ut credas*), a tornar à fé de Mónica e como depois, por impulso da mesma fé (*crede ut intelligas*), continuou a servir-se da razão para ulterior esclarecimento daquela — a fé em busca da inteligência (*fides quarens intellectum*)³. Nesta breve exposição seguiremos de perto, além das obras mencionadas, o amplo relato do livro VIII das *Confissões*.

Agostinho afirma nas *Confissões* que aderiu à fé católica depois de ter percebido claramente, mais com o «*bom senso*» natural do

¹ Sobretudo no *Sermão 43* (PL 38, 254-258) e na *Carta 120 a Consêncio* (PL 33, 452-462).

² No livro V, 7, das *Confissões*, Agostinho afirma claramente que o seu regresso à fé, embora ainda doutrinalmente informe e sem as obras, precedeu as descobertas dos livros dos Platónicos – *stabilius tamen haerebat in corde meo in catholica ecclesia fides Christi tui... in multis quidem adhuc informis... sed tamen non eam relinquebat animus, immo in dies magis magisque imbibebat*; cf. CH. BOYER, *Essais anciens et nouveaux sur la doctrine de Saint Augustin*, Milano, 1970.

³ Veja-se, a propósito, de CH. BOYER, *Essais sur la Doctrine de S. A.*, Paris, 1932.

que com profundas reflexões filosóficas, o quanto era razoável o passo que se propunha dar. Antes da adesão formal à fé cristã, tinha vencido etapas importantes no seu itinerário para a verdade e que constituíram outras tantas premissas racionais em relação à mesma fé, como sejam, a existência, a imutabilidade e providência de Deus — motivos de credibilidade com que se apresentam as Escrituras e a Igreja. Uma vez recuperada a fé, faltava-lhe pôr-se em dia com as exigências da razão no ulterior esclarecimento de problemas para cuja solução só dispusera da mesma fé: espiritualidade e inteligibilidade de Deus, o problema do mal, etc. A descoberta dos Neoplatônicos permitiu-lhe compreender racionalmente, filosoficamente, outras verdades, antes só por fé conhecidas, e que, deste modo, confirmadas agora pela razão, vieram promover uma ulterior e mais plena adesão ao seu Deus⁴.

No itinerário pessoal que o conduziu à fé, Agostinho começa pela razão, embora de uma forma incoativa, pré-filosófica, a roçar o simples senso comum, na medida em que atende prevalentemente aos motivos de credibilidade (*fides qua*). Alcançada a fé, a razão é chamada a explicar, na medida do possível, o conteúdo da mesma fé (*fides quae*).

No entanto, importa frisar que neste segundo estágio em que prevalece a fé, esta exerce uma influência altamente positiva, purificando o espírito, abatendo o orgulho pela submissão à autoridade divina, de modo a facilitar a investigação ulterior e uma maior abertura aos dados da experiência. Deste ponto de vista, a fé é uma preparação para a inteligência daquilo em que se acredita⁵.

Pela sua precedência, não de direito, mas de facto, isto é, na ordem psicológico-temporal, a fé desempenha um papel propedêutico e indirecto, já que não é chamada a provar directamente qualquer verdade natural, simplesmente a dispor o espírito a procurar e a entender aquilo em que acredita, entendimento sobretudo natural — compreensão da natureza espiritual de Deus, demonstração filosófica da existência de Deus, por exemplo —, mas também sobrenatural e místico.

⁴ Cf. *De Vera Religione*, 24,45 — *auctoritas fidem flagitat et rationi praeparat hominem. Ratio ad intellectum cognitionemque perducit. Quamquam neque auctoritatem ratio penitus deserit, cum consideratur cui sit credendum; et certe summa est ipsius jam cognitae atque perspicuae veritatis auctoritas.*

⁵ Segundo Boyer, a distinção, no conjunto das verdades da fé, entre verdades acessíveis à razão e mistérios sobrenaturais, parece ter sido adquirida por Agostinho somente algum tempo depois da conversão. *Santo Agostinho filósofo*, pp. 215-217.

1. *Crede ut intelligas e intellige ut credas*

Enquanto a razão que precede a fé (*ratio ante fidem*) é apenas e somente razão natural, o mesmo já se não pode dizer da razão que opera ou actua depois e dentro da fé (*post fidem*). Se Agostinho nem sempre distingue expressamente, no conjunto das verdades recebidas pela fé (*fides quae*), entre verdades acessíveis à razão natural e mistérios propriamente ditos, esta distinção é, no entanto, sempre possível⁶. De resto, o próprio Agostinho, ao adoptar um duplo processo, na ilustração do conteúdo da fé, legitima semelhante distinção: quando argumenta com base na autoridade, a partir de premissas reveladas, procede como teólogo; quando, pelo contrário, em relação a verdades comuns à fé e à razão, utiliza processos estritamente racionais, faz filosofia⁷. Há pois uma filosofia em Agostinho, se tivermos em conta o papel por ele assinalado à razão como preparação prévia para a adesão de fé (*intellige ut credas*), embora, não se encontre um conhecimento elaborado, metódica e sistematicamente, como disciplina autónoma, à parte da teologia⁸. De resto, se a própria razão natural, no exercício das suas funções normais, muito pode beneficiar com a sua submissão à fé (confiança na autoridade dos pais, dos sábios, dos mestres (*fides qua*), muito mais pode beneficiar a mesma razão natural na compreensão dos mistérios sobrenaturais, como repetidamente o refere Agostinho e que Boyer resumiu de modo excelente:

A fé é uma preparação para o entendimento daquilo em que se acredita. Ela purifica a mente. De si mesmo, o acto de fé, consistindo na submissão à autoridade da palavra divina, é já remédio contra o orgulho e dispõe a vontade a não perturbar a inteligência na procura da verdade. Além disso, estando concentrada numa verdade, a atenção da mente liberta os olhos espirituais das seduções dos sentidos e da imaginação. Sobre tudo e

⁶ Veja-se a este propósito CH. BOYER, *op. cit.*, pp. 219-220.

⁷ Deparamos, no entanto, com exemplos em contrário, como no *De Lib. Arb.* II, 2,5 a respeito da afirmação da dúvida metódica — *quamquam haec* (a existência de Deus) *inconcussa fide teneam, tamen quia cognitionem nondum teneam, ita quae-ramus quasi omnia incerta sint*. Do mesmo modo, no início da *De Moribus Eccl. Cath.*, 1, 2, 3, Agostinho argumenta, para convencer os maniqueus, servindo-se apenas da razão.

⁸ *De Ut. Cred.*, 16,34.

*principalmente, com as verdades conhecidas por revelação, o homem conhece já as normas do correcto comportamento e vivendo bem dispõe-se cada vez melhor para conhecer a verdade*⁹.

No domínio das verdades sobrenaturais, é não só útil, mas absolutamente necessário e salutar começar pela fé. Agostinho está profundamente convencido de que, neste domínio, pretender ver a verdade para em seguida purificar o espírito, quando precisamente é o espírito que deve ser purificado para poder ver, é evidentemente inverter a ordem e começar pelo fim¹⁰. E as razões são óbvias, colhidas da própria experiência no trato não só com os maniqueus, mas com a humanidade em geral:

*Crer antes de entender, porque não se está ainda em condições de se seguir a lógica do raciocínio e dispor o espírito pela fé a receber os germes da verdade, é um método não só muito salutar, mas indispensável, para devolver a saúde aos espíritos desorientados*¹¹.

Se este método vale para as verdades naturais, com maioria de razão deve valer para as verdades sobrenaturais. É impossível conhecer a verdade da sabedoria, ou seja, a religião verdadeira (a verdade sobre Deus e sobre o Homem) sem se submeter à disciplina severa da autoridade e sem uma fé prévia naquelas verdades que mais tarde chegaremos a possuir e a compreender se, pelo nosso comportamento, o viermos a merecer¹².

É claro que o método é sempre uma questão de facto e não de direito, não é a exposição de uma doutrina, mas um conjunto de orientações práticas, tendo em conta as situações concretas, as aptidões e carências pessoais, como justamente observa F.-J. Thonnard¹³.

Agostinho, preocupado com a vida real e concreta, mais do que em manter separadas dimensões que sabe serem diferentes — *razão e fé, filosofia e teologia* —, procura servir-se delas simultaneamente, como de instrumentos complementares e integrantes, na busca permanente da Verdade e da Vida, seja, do Deus Único e Necessário.

⁹ Santo Agostinho filósofo, pp. 214-215.

¹⁰ *De Ut. Cred.*, 14,31.

¹¹ *De Ut. Cred.*, 9,21.

¹² *De Ut. Cred.*, 4,21.

¹³ *La Philosophie et sa méthode rationnelle en augustinisme*, em «Revue des Études Augustiniennes», VI (1960) 11-30.

Apesar de preconizar a prioridade da fé relativamente às verdades sobrenaturais que dizem respeito à salvação, Agostinho não incorre, de modo algum, no fideísmo. O reconhecimento do papel insubstituível da razão filosófica tanto na preparação do acto de fé (*fides qua*) como no conhecimento das verdades reveladas (*fides quae*) é constantemente afirmado. Por isso, adverte instantaneamente Consêncio, seu correspondente:

Deus está longe de odiar em nós aquilo em que nos criou superiores aos restantes animais. Longe de nós pensar que a fé nos leva a rejeitar e a fugir da razão, dado que nem sequer poderíamos acreditar se não tivéssemos almas racionais. É próprio da razão reconhecer que a fé deve preceder a razão no tocante a certas verdades que fazem parte da doutrina de salvação e de cuja compreensão não seremos ainda capazes, embora o sejamos mais tarde. E isto porque, purificando o coração, a fé apreende e transporta consigo a luz da grande razão... Por isso, parece muito razoável que a fé preceda a razão... É a razão que nos persuade de que a fé deve preceder uma certa grande razão; por isso, por mínima que seja, essa primeira razão é prévia à fé¹⁴.

2. Reciprocidade entre as funções da razão e da fé

Por ter experimentado a sua eficácia na conquista de verdades essenciais à autêntica sabedoria do espírito — Deus e o homem, Deus encontrado em mim, acima de mim — ¹⁵, Agostinho propõe o *Crede ut intelligas* como método mais adequado à actual condição humana na aquisição da verdade em geral, mas sobretudo no domínio da verdade sobrenatural. Contudo, esta precedência metodológica da fé sobre a razão é, no mínimo, muito razoável, como vimos. Isto quer dizer que a racionalidade permeia todos os actos autenticamente humanos. Se a autoridade exige fé e prepara o homem para o exercício correcto e expedito da razão, a razão, por sua vez, conduz à compreensão e ao conhecimento daquilo em que se acredita, numa permanente circularidade de mútua e crescente

¹⁴ Epist. 120, 1,2-3 *Corrige definitionem tuam, non ut fidem respuas, sed ut ea quae fidei firmitate jam tenes, etiam rationis luce conspicias... Si igitur ad magna quaedam, quae capi nondum possunt, fides praecedat rationem, procul dubio quantumque ratio, quae hoc persuadet, etiam ipsa antecedit fidem.*

¹⁵ Conf. X, 36,37.

potenciação¹⁶. Desde o início que a razão presta assistência a todo este processo, a começar pela autoridade, que nunca deixa sozinha e desamparada — *quamquam neque auctoritatem ratio penitus deserit* —, pois é ela que diz em quem se deve acreditar — *cum consideratur cui sit credendum*. Por outro lado, a verdade conhecida com evidência reveste-se de autoridade suprema, — *et certe summa est ipsius jam cognitae atque perspicuae veritatis auctoritas*¹⁷. A mesma doutrina é defendida no Sermão 43. Depois de ter insistido em que é necessário acreditar para entender — *nisi credideritis non intelligetis* (Is. 7,9), Agostinho reconhece a prioridade da razão, como expressão de bom senso natural, a conferir razoabilidade à fé, de modo que são verdadeiras e sem contradição as duas formas que utiliza: *crede ut intelligas* e *intellige ut credas*. A aparente contradição resolve-a Agostinho facilmente, acrescentando a cada uma das diferentes expressões de finalidade o seu correspondente objectivo. A versão mais precisa e completa será então: *intellige ut credas (verbum meum)* e *crede ut intelligas (verbum Dei)*¹⁸. Nesta fórmula lapidar, que exprime correcta e integralmente o método agostiniano, o *intellige* da primeira parte parece aludir às reflexões da Carta a Consêncio 7,9 sobre as razões ou motivos de credibilidade que precedem a fé, e a expressão *ut credas* designa a convicção ou confiança com que se adere a essas mesmas razões (*fides qua*), ao passo que as mesmas expressões da segunda parte referem-se mais directamente, o *crede*, ao conjunto das verdades reveladas (*fides quae*), e o *ut intelligas*, a um entendimento maior ou superior à inteligência meramente natural¹⁹. Observa-se, deste modo, entre as duas partes uma consequencialidade lógica e estrutural de mútua ou recíproca potenciação, a convergir numa única e mesma finalidade cumulativa — a de conhecer definitivamente aquilo em que por fé se acredita.

O caminho para a verdade vital não é vencido instantaneamente pelo espírito, mas é um lento progredir, em sucessivas apro-

¹⁶ *Enarr.* 118, 18,3: *Proficit ergo intellectus noster ad intelligenda quae credat, et fides proficit ad credenda quae intelligat; et eadem ipsa ut magis magisque intelligantur in ipso intellectu proficit mens. Sed hoc non fit propriis tanquam naturalibus viribus sed Deo adjuvante atque donante; sicut medicina fit, non natura, ut vitiatus oculus vim cernendi recipiat.*

¹⁷ *De Vera Religione* 2,4,45.

¹⁸ Sermão 43, 7,9.

¹⁹ A razão só provisoriamente se subordina à fé, para progredir ulteriormente no conhecer, no *intelligere*, *De Lib. Arb.* II, 2,5.

ximações, mediante todos os meios de conhecer: fé e razão, razão prévia que permeia de racionalidade todos os estádios do crer até chegar ao exercício científico (filosófico e teológico) na compreensão das verdades reveladas²⁰. A fé é certamente um conhecimento, mas um conhecimento muito imperfeito²¹. Ora nós desejamos conhecer e compreender aquilo em que acreditamos²². Esta é a vida eterna, como ensinou Jesus Cristo (*João* 17,3): que te conheçam a ti único e verdadeiro Deus e aquele que enviaste, Jesus Cristo.

E se no tocante às verdades naturais é eventualmente possível que o entender (*intelligere*) termine por absorver ou exaurir por completo a fé ou autoridade (*o credere*) daqueles que ensinam, por desnecessária, já o mesmo se não pode dizer quanto aos mistérios revelados, sempre excedentes em relação à capacidade da razão natural. O entendimento possessivo daquilo que inicialmente começou por ser aceite apenas por fé só escatologicamente atingirá a sua plenitude, portanto, na outra vida, na visão face a face da vida eterna ou eterno conhecimento (*João*, 17,3). Acreditamos para conhecer e não: conhecemos para acreditar. Corrido o véu do mistério que é Deus, tornar-se-á também luminoso o mistério do homem no seu núcleo mais íntimo, pois conhecer-nos-emos como Ele nos conhece. Vendo Deus como Ele se vê, também nos veremos como Ele nos vê — estágio último e terminal, no qual se consumam, fundindo-se, o *noverim me* e o *noverim te* na paz da felicidade eterna, que é a Visão do «Sábado» sem fim²³.

MANUEL DA COSTA FREITAS

²⁰ Na sua lógica integral, o imperativo metódico agostiniano impõe em primeiro lugar o *intelligere verbum meum, ut credas... verbum Dei*, para conseguir, uma vez alcançada tal fé, o conhecer terminal, o conhecer como fim — *crede ut intelligas verbum Dei*. *De Lib. Arb.* II, 2,5.

²¹ *De Lib. Arb.* II, 2,6: *Neque inventum dici potest quod incognitum creditur, neque quisquam inveniando Deo fit idoneus, nisi antea crediderit quod est postea cogniturus.*

²² *De Lib. Arb.* II, 2,6: *Sed nos id quod credimus nosse e intelligere cupimus.*

²³ *Conf.*, XIII, 38,53 e *De Trinit.* XV, 13,22.